

Exame de Direito das Pessoas e da Família

1. Bruno, sobrinho de Albertino, que entretanto falecera e tinha o título nobiliárquico de Conde da Azambuja, verifica que Luciano se faz conhecer em diferentes círculos sociais como Conde da Azambuja. Conta o sucedido a Carlos, irmão de Albertino, que diz não ver qualquer problema na utilização do título por parte de Luciano. Bruno, inconformado, dirige-se ao seu advogado para saber o que fazer (3 valores).

2. António, nascido a 1 de janeiro de 1980, sofre de perturbações mentais que o impedem de reger a sua pessoa e bens. Em 1 de Janeiro de 1997, os pais de António propuseram uma acção, visando restringir a sua capacidade, e obtiveram sentença favorável em 1 de outubro de 1997. Em 5 de Outubro de 1997, António celebrou um contrato-promessa com Bento relativo à venda de um automóvel que recebera em virtude de uma disposição testamentária. Os pais de António tomam conhecimento do contrato-promessa já no dia da sua celebração.

a) Qual teria sido a restrição de capacidade decretada pelo tribunal? A partir de que momento a sentença produz efeitos e porquê? (3 valores)

b) Supondo que, no momento em que celebrou o contrato, António estava completamente incapacitado de entender o sentido dos seus actos, poderia esse contrato ser invalidado com fundamento em incapacidade acidental? (3 valores)

c) Supondo que o contrato prometido não chegou a ser celebrado, poderá o contrato promessa ser anulado em 1 de Outubro de 1999? Em caso afirmativo quem o poderá fazer e a que título? (3 valores)

3. A Associação EDE, que se dedica a promover o Estudo do Direito do Emprego, pretende adquirir a coleção de estudos de Hans Carl Nipperdey. Em Assembleia-Geral da EDE convocada por e-mail, delibera-se, em 14.11.2016, a aquisição da respectiva coleção por 10000 euros. Asdrubal e Berta não comparecem à Assembleia-Geral, uma vez que a convocatória continha a indicação de que iria ser votada a aquisição da coleção de estudos de Hans Carl Nipperdey por 1000 euros, valor que ambos consideravam adequado.

A Assembleia-Geral delibera ademais que cada associado fica obrigado a furtar um livro de Direito do Trabalho de uma biblioteca pública com o propósito de enriquecer o espólio bibliográfico da EDE.

1) Asdrubal e Berta tomam conhecimento da deliberação de aquisição da coleção por 10000 euros em 28.05.2017, entretanto executada, e pretendem impugná-la. Quid iuris? (3 valores)

2) Carlos recusa-se a furtar um livro da biblioteca da Universidade *Sempre a Direito* e é sancionado pela Direcção da EDE com uma pena de multa de 100 euros. Carlos discorda, mas a Direcção da Associação refere que, tendo equacionado a expulsão de Carlos, quem “pode o mais, pode o menos”. Quid iuris? (3 valores)

4. Comente criticamente a seguintes afirmação: “O objecto dos direitos subjectivos de personalidade é um bem de personalidade. Este caracteriza-se por ser um aspecto específico de uma pessoa singular, efectivamente presente e susceptível de ser desfrutado pela própria pessoa”. (2 v.)